

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: QUANDO ÉTICA E ECONOMIA CAMINHAM JUNTAS

H. F. de Queiroz Júnior

Divisão de Extensão e Pesquisa – CEFET-RN/Mossoró

R. Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Costa e Silva - CEP 59.628-030 Mossoró-RN

E-mail: heronildesjr@hotmail.com

F. das C. S. Souza

Divisão de Extensão e Pesquisa – CEFET-RN/Mossoró

R. Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Costa e Silva - CEP 59.628-030 Mossoró-RN

E-mail: franciscosouza@cefetrn.br

RESUMO

Constantemente ouvimos e fazemos comentários quanto ao desenvolvimento do nosso país, estado ou município. As estatísticas, quando atestam um crescimento de riquezas, são sempre apresentadas como provas incontestáveis do nosso desenvolvimento. No entanto, uma outra realidade esconde-se atrás desses números, podendo vir à tona a partir do momento em que fizermos perguntas como: de onde essa riqueza provém? Como foi produzida? Como está sendo distribuída? Causou ou não danos à natureza? Portanto, a questão que ora se coloca em debate é: os municípios, estados e países ao apresentarem taxas elevadas de crescimento econômico, podem ser considerados desenvolvidos? Respondemos afirmativamente se associamos desenvolvimento apenas à produção acelerada e ilimitada de riquezas, concebida por muitos, ainda hoje, como sinal de progresso. Dessa forma, urge que se analise e questione o atual modelo de desenvolvimento adotado pelos países ditos modernos e que está na iminência de destruir o planeta. Torna-se necessário, portanto, a ênfase em projetos de crescimento econômico pautados em princípios éticos, que beneficiem a sociedade como um todo e minimizem os prejuízos trazidos à natureza.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento; crescimento econômico; meio ambiente; sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças políticas e econômicas e os avanços nos campos da ciência e tecnologia são, geralmente, acompanhados de promessas de desenvolvimento. No desenrolar desses fatos, não chegamos, na maioria das vezes, a perceber que por trás desse cenário há algo com que os cientistas têm-se preocupado cada vez mais: o futuro do planeta e das próximas gerações, pois não se sabe até quando a Terra suportará as pressões desse “desenvolvimento” baseado no enriquecimento rápido e cada vez mais pautado na idéia de que *os fins justificam os meios*.

Ora, a situação na qual irá se encontrar o mundo daqui a algum tempo depende das ações que nós atualmente estamos exercendo sobre o meio. Noutras palavras, os nossos descendentes poderão pagar por uma triste realidade, e o pior é que sobre a qual não terão tanta culpa. As responsabilidades são jogadas, aos fardos, nas nossas costas; e com toda razão, pois uma parcela considerável dessa negligência se expressa nos hábitos que empreendemos diariamente. O que vemos hoje é uma crescente desordem mundial, em que a violência e as guerras se iniciam sem muitas explicações. As migrações em massa, o aumento da intolerância e do racismo, a negociação das liberdades assombram e limitam cada vez mais os nossos direitos como cidadãos. Além desses evidentes e freqüentes ocorridos, acompanhamos nos recantos do planeta conflitos armados por causa da disputa de terras, fontes de energia e pelo próprio “status” de se manter no “ranking” mundial da economia entre as grandes potências mundiais.

Assim, duas realidades chocam-se, atualmente, no planeta: de um lado, em vários países da Ásia e África, por exemplo, seres humanos cadavéricos disputam um pedaço de pão; de outro, países ricos e “emergentes” apresentam safras recordes de grãos e frutos. Mediante esse quadro e dos estudos e encontros promovidos pelas Nações Unidas a partir das últimas décadas do século XX, torna-se urgente alterarmos os rumos do desenvolvimento e aprofundarmos as mudanças que são necessárias para se criar um sociedade equilibrada econômica, social e ambientalmente.

Este trabalho visa comentar a forma pela qual o conceito de desenvolvimento foi empregado ao longo de décadas sendo, mais tarde, esse modelo criticado ao ponto de se reivindicar a sua substituição por outro, pautado no princípio da ética.

2. DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO SÃO SINÔNIMOS?

Para Sandroni (1994, p. 95), desenvolvimento econômico significa um crescimento na economia traduzido num aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, o qual é devidamente acompanhado pela melhoria no padrão de vida populacional e por mudanças estruturais na economia. Segundo ele, a ideologia desenvolvimentista caracterizou, em particular, o governo de Juscelino Kubitschek, no qual o fenômeno do desenvolvimento é identificado por um processo de industrialização, de aumento da renda por habitante e da taxa de crescimento. As políticas implementadas concentravam suas atenções nas questões relativas à taxa de investimentos, ao financiamento externo e à mobilização da poupança interna. As questões relativas à distribuição da renda, à concentração regional da atividade econômica, às condições institucionais, sociais, políticas e culturais que influem sobre o desenvolvimento eram desdenhadas.

Devido à ênfase concedida a essas práticas na segunda metade do século passado, os termos *desenvolvimento*, *crecimento* e *progresso econômico* tornaram-se presentes nos discursos oficiais e dos economistas e vistos como sinônimos. O caminho para o desenvolvimento seguia uma ordem linear, sendo os países ricos o modelo a ser seguido. É por isso que, influenciados por tais idéias, sentimo-nos orgulhosos quando ocorrem números elevados nas nossas estatísticas, pois, partindo desse ponto de vista, talvez estejamos seguindo o rumo daqueles países que já “chegaram lá”.

Essas idéias estão diretamente ligadas à ideologia do “crescimento ilimitado”, elevada, praticamente, durante o século passado, à categoria de dogma. Apesar das críticas que lhes são feitas, ela é ainda aceita por governos de países ricos e pobres, estando muito presente nas políticas econômicas postas em prática no mundo atualmente. Segundo essa concepção, o crescimento acelerado e sem limites da produção material não só é possível e necessário, como também define o próprio nível de “progresso” de um país. É a partir dessa ideologia que se estabelece a visão linear e reducionista que classifica os países em “desenvolvidos”, “subdesenvolvidos” e “em desenvolvimento”, de acordo com o nível de sua produção material, e quase nunca levando em conta a qualidade humana e o tipo de distribuição social dessa produção, ou seja, o “para que”, “para quem”, e “como” se dar essa produção. (Lago & Pádua, 1998, p. 46)

Esse progresso é definido, sobretudo, quantitativamente, evitando-se dar ao conceito qualquer valoração qualitativa. Dessa forma, entende-se que, no curso do desenvolvimento da civilização, apesar de muitos períodos de regressão, aumentaram-se significativamente os conhecimentos e as capacidades humanas em seu conjunto, e que ao mesmo tempo eles foram utilizados visando a dominação cada vez mais universal do homem sobre o meio natural. O resultado desse progresso seria a riqueza social crescente. Na mesma medida, com o desenvolvimento da civilização, aumentariam as necessidades humanas e também os meios de satisfazê-las. A questão que permanece em aberto é se

esse progresso contribui igualmente para a manutenção e conservação do meio natural e para a melhoria da condição de vida humana.

Pode-se inferir que tal concepção de desenvolvimento, hoje, é bastante condenada por ambientalistas, economistas e sociólogos, dentre outros estudiosos, pois, ao se preocupar apenas com o aspecto quantitativo, deixou-se em segundo plano a fonte fornecedora das matérias-primas que possibilitam essas riquezas – a natureza –, bem como a qualidade de vida dos indivíduos produtores desses bens. A partir dessa análise, tem-se procurado estabelecer uma distinção entre os dois estágios econômicos. Nesse aspecto, são ilustrativas as palavras de CAVALCANTI (1998, p. 163-164);

[...] Todo indivíduo deseja ser feliz, viver uma longa vida, alcançar a plena realização de si próprio. O desenvolvimento pode levar a tais objetivos. No entanto, **não é necessário se aumentar a posse de bens para que uma pessoa se sinta mais feliz.** [...] Pobreza, porém, não é sinônimo de felicidade. Em princípio, a felicidade pode ser alcançada com afluência. O que é importante notar aqui é que nosso módulo, a natureza, é austero, sóbrio, balanceado. Não é possível para todo mundo ser afluente simultaneamente em um planeta de 5,6 bilhões de pessoas. Naturalmente, **é preciso definir a idéia de riqueza que cada um tem na cabeça.** Mas se ela significa ter casas com ar condicionado em toda parte, equipadas com todo tipo de bens modernos, veículos velozes, etc., tem-se que reexaminar tal idéia. (grifo nosso)

Sendo o crescimento econômico compreendido como um aumento da capacidade produtiva da economia, portanto, da produção de bens e serviços de um determinado país ou setor, o movimento ambientalista, em fins do século passado, argumenta que o desenvolvimento deve abranger esse aspecto sim, mas associado a outros. Dessa maneira, para se atingir o objetivo torna-se útil dispor de medidas adequadas para caracterizar o desenvolvimento que tanto falamos, como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano, o qual considera e compara os níveis de pobreza, educação, expectativa de vida, natalidade, dentre outros. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e vem sendo adotado desde 1993 pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) em seu relatório anual. O objetivo da elaboração do IDH é oferecer um contraponto ao PIB, outro indicador muito utilizado, mas que, entretanto só considera a dimensão econômica. Vale salientar que o índice não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar do mundo para se viver”.

Vejamos as considerações de Amartya Sen, vencedor do Prêmio Nobel da Economia, em 1998, quanto à criação do IDH:

“Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. [...] Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantá-lo) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. [...] Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano”. (Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999)

Apesar de ter sido uma grandiosa invenção, que com certeza sobrepujou a hegemonia do PIB, o IDH parece propor um compromisso muito difícil de ser realizado pelos 191 Estados-Membros das Nações Unidas até 2015: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

3. SURGE UMA NOVA PROPOSTA

A partir da segunda metade do século XX, aprofundaram-se, em nível mundial, as denúncias quanto à degradação ambiental causada pelas ações humanas – produção ilimitada, acúmulo de riquezas e uso descontrolado das fontes de energia – e suas catastróficas consequências, o que impulsionou e originou estudos e as primeiras preocupações no sentido de se conseguir formas e métodos de diminuição dos danos ao ambiente. Nas conferências internacionais das Nações Unidas, os problemas ambientais, antes vistos de forma isolada, passam a ser associados à forma pela qual a economia capitalista se organizou e se expandiu nos últimos séculos. Era necessário, urgentemente, reordená-la.

Os calorosos debates travados pelos intelectuais, líderes políticos, empresários e ambientalistas nesses eventos internacionais possibilitaram a emergência de um novo modelo de desenvolvimento que se apresentava como alternativo ao anterior e trazia consigo um termo novo e que, na época, apresentava-se como solução para aqueles problemas. Trata-se do vocábulo “sustentável”, que, em seu sentido mais amplo, visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. A idéia alcançou grandes dimensões a partir do *Relatório Brundtland*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, que deveria reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las.

O Relatório Brundtland, também conhecido como *Nosso Futuro Comum*, determina que os países devem se preocupar com a limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação a longo prazo, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis, aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas, enfim, medidas que acima de qualquer outra coisa proporcione um desenvolvimento que “*atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades*”(CMMAD, 1991, p. 46). Desde então foi constatado que a degradação ambiental é resultado principalmente do descontrolado crescimento populacional e de suas conseqüentes exigências sobre os recursos da terra, e que se não houver uma estabilidade populacional, econômica e ecológica, os recursos naturais – hoje, já limitados – tornar-se-ão extintos e com eles a população humana. É nessa problemática que se baseia a idéia de se desenvolver, mas preservando. Portanto, a partir desse novo modelo de desenvolvimento, ao crescimento econômico associam-se as esferas social – procurando reduzir as disparidades – e ambiental, de forma sistêmica, como podemos, esquematicamente, ver na figura 1.



Figura 1: Equilíbrio dinâmico da sustentabilidade.

Contudo, é importante ressaltar que a concepção de desenvolvimento sustentável foi resultado de muitos encontros anteriores à publicação do Relatório Brundtland, e tem se mantido como o grande desafio para o século XXI. No quadro 1 é apresentado um resumo dos principais acontecimentos relacionados com essa perspectiva.

Quadro 1: Resumo dos estudos e encontros internacionais relacionados com a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

ANO	ACONTECIMENTO	OBSERVAÇÃO
1962	Publicação do livro <i>Primavera Silenciosa</i> (<i>Silent Spring</i>)	Livro publicado por Rachel Carson que teve grande repercussão na opinião pública e expunha os perigos do inseticida DDT.
1968	Criação do Clube de Roma	Organização informal cujo objetivo era promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais – que formam o sistema global.
1968	Conferência da Unesco sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera	Nessa reunião, em Paris, foram lançadas as bases para a criação do Programa: Homem e a Biosfera (MAB)
1971	Criação do Programa MAB da UNESCO	Programa de pesquisa no campo das Ciências Naturais e sociais para a conservação da biodiversidade e para a

		melhoria das relações entre o homem e o meio ambiente.
1972	Publicação do livro <i>Os limites do crescimento</i>	Informe apresentado pelo Clube de Roma no qual previa que as tendências que imperavam até então conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, na Suécia	A primeira manifestação dos governos de todo o mundo com as conseqüências da economia sobre o meio ambiente. Participaram 113 Estados-membros da ONU. Um dos resultados do evento foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).
1980	I Estratégia Mundial para a Conservação	A IUCN, com a colaboração do PNUMA e do World Wild Fund (WWF), adota um plano de longo prazo para conservar os recursos biológicos do planeta. No documento aparece pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”.
1983	É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD)	Presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.
1987	É publicado o informe Brundtland, da CMMAD, o “Nosso Futuro Comum”	Um dos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra (Rio 92)	Realizado no Rio de Janeiro, constitui-se no mais importante foro mundial já realizado. Abordou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental planetária e definiu mais concretamente o modelo de desenvolvimento sustentável. Participaram 170 Estados, que aprovaram a Declaração do Rio e mais quatro documentos, entre os quais a Agenda 21.
1997	Rio + 5	Realizado em New York, teve como objetivo analisar a implementação do Programa da Agenda 21.
2000	I Foro Mundial de âmbito Ministerial – Malmo (Suécia)	Teve como resultado a aprovação da Declaração de Malmo, que examina as novas questões ambientais para o século XXI e adota compromissos no sentido de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento sustentável.
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 10	Realizada em Johannesburgo, nos meses de agosto e setembro, procurou examinar se foram alcançadas as metas estabelecidas pela Conferência do Rio-92 e serviu para que os Estados reiterassem seu compromisso com os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Dias (2006, p. 35-37)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios que a humanidade enfrenta nesse início de século são enormes e alguns quase insuperáveis. Um deles é o de propor alternativas viáveis e implementar ações concretas voltadas para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. As discussões a esse respeito não se esgotam e apesar da nova proposta de desenvolvimento representar um avanço ao incorporar princípios éticos ao crescimento econômico, muitas críticas lhes são feitas:

- 1- Sua denominação é considerada contraditória, pois o termo *sustentável* remete-nos àquilo que é possível sustentar, ou seja, sugere *estabilidade e equilíbrio* e transmite a idéia de durável por longos períodos de tempo. Dessa forma, choca-se com a concepção capitalista de desenvolvimento, a qual se baseia na *homogeneidade* (globalização) e na *desigualdade* (exclusão). (Giansanti, 1998, p. 13)
- 2- No Relatório Brundtland fica indefinido o que são *necessidades*. Não se diferenciam as que são *reais* das consideradas *supérfluas*. É importante lembrar que mediante o avanço da sociedade de consumo, não parece haver, na atualidade, a disposição para uma vida mais frugal. Ter qualidade de vida para a maioria das pessoas é ter acesso a uma gama de bens de consumo, muitos dos quais descartáveis. Como afirma Giansanti (1998, p.

14), “[...] nas sociedades modernas, as pessoas já não definem livremente o que são suas necessidades, havendo interferências de várias ordens, como a propaganda, a vigência de certos padrões de consumo e comportamento, etc.”

- 3- Dada a tais imprecisões, há um “modismo” na utilização do termo *desenvolvimento sustentável*, passando esse princípio a ser usado em todos os discursos. Muitos empresários, vistos como vilões pelo movimento ambientalista, acreditam, com otimismo, que a tecnologia certamente encontrará um dia as soluções para os problemas ambientais. Assim, bastam algumas reformas nas suas empresas e o envolvimento em projetos sociais para que sejam considerados “protetores da natureza”. A aquisição do selo verde é, hoje, o grande *marketing* usado pelos mais diversos setores empresariais.

Apesar das críticas, podemos concluir que para se alcançar a tão almejada sustentabilidade é preciso, prioritariamente, uma mudança na mentalidade das pessoas, para que, assim, haja uma reunião de esforços de toda a sociedade, sem a exclusão de qualquer de seus segmentos, discutindo-se temas importantes como: explosão demográfica, industrialização e depredação, nova política educacional, tecnologias limpas, agricultura ecológica, etc. Ou seja, é necessário que o *desenvolvimento sustentável* passe a ser encarado como um objetivo planetário, uma meta a partir da qual os povos devam se unir na busca de soluções imaginativas e eficientes para os seus problemas.

5. REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998.

LAGO, Antonio; PÁDUA José A. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LEROY, Jean-Pierre *et al.* **Tudo ao mesmo tempo agora**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>> Acesso em 20 out. 2006.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.